**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV) - CAMPUS CAIAPÔNIA
FACULDADE DE DIREITO**

THEMIS LEITE DE LIMA COUTO FERRI

**FINANCIAMENTO DE CAMPANHA ELEITORAL NO BRASIL POR
PESSOAS JURÍDICAS**

CAIAPÔNIA, GOIÁS

2019

THEMIS LEITE DE LIMA COUTO FERRI

**FINANCIAMENTO DE CAMPANHA ELEITORAL NO BRASIL POR PESSOAS
JURÍDICAS**

Projeto de pesquisa apresentado à Banca Examinadora do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde – Campus Caiapônia como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof. Esp. Gabriela Maria de Oliveira Franco

CAIAPÔNIA – GOIÁS

2019

SUMÁRIO

1 TEMA E DELIMITAÇÃO	3
2 PROBLEMA	3
3 HIPÓTESES	3
4 JUSTIFICATIVA	3
5 REVISÃO DE LITERATURA.....	4
5.1 PRINCÍPIO DA ISONOMIA/IGUALDADE	4
5.2 PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO	4
5.3 DIREITO COMPARADO.....	5
5.4 AS INOVAÇÕES DA LEI Nº 13.165/2015 e a ADI nº 4.650/DF.....	5
6 OBJETIVOS	9
6.1 OBJETIVO GERAL.....	9
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
7 METODOLOGIA PROPOSTA.....	9
8 CRONOGRAMA.....	10
9 ORÇAMENTO	11
REFERÊNCIAS	12

1 TEMA E DELIMITAÇÃO

O tema a ser exposto no projeto em destaque, decorre de uma análise atual do cenário político e eleitoral do Brasil, com a seguinte delimitação: Financiamento de Campanha Eleitoral no Brasil por Pessoas Jurídicas.

2 PROBLEMA

A legislação eleitoral vigente delimitou e fixou as formas de financiamento das próximas campanhas eleitorais, proibindo as pessoas jurídicas privadas de realizarem qualquer tipo de doação a partidos políticos e a candidatos.

Com base nas alterações legislativas apresentadas, tendo como finalidade cessar a corrupção no âmbito político, indaga-se: A proibição de doações de pessoas jurídicas privadas, suas controladas e coligadas à partidos políticos e candidatos é uma alternativa para a redução das desigualdades e o desequilíbrio no processo eleitoral?

3 HIPÓTESES

- O Supremo Tribunal Federal ao julgar a inconstitucionalidade das doações de pessoas jurídicas a partidos políticos e a candidatos, pode ter transferido o problema. As empresas não podem doar, mas nada obstem que seus sócios os façam.
- Diminuir os gastos das campanhas eleitorais sem necessidade de coibir as doações de pessoas jurídicas.

4 JUSTIFICATIVA

É preciso estabelecer critérios para que o setor privado e a democracia se relacionem além dos abusos do poder econômico. Criando regras que evitem a prática abusiva das doações de pessoas jurídicas e conseqüentemente essa relação política partidária, sem ferir os princípios constitucionais da igualdade e da democracia.

É preciso que isso seja feito às claras, para permitir que se faça o efetivo controle, impedindo o abuso do poder econômico e a troca de benefícios após a eleição daqueles que

receberam as doações, ficando a cargo do Ministério Público, a outros partidos, candidatos e a população essa fiscalização.

Pessoas jurídicas de direito privado têm interesses legítimos, cuja veiculação deve ser amparada e protegida pelo sistema jurídico.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 PRINCÍPIO DA ISONOMIA/IGUALDADE

O princípio da igualdade está consolidado na Constituição Federal quando afirma em seu artigo 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. (BRASIL, 1988).

Considerando-se o que está exposto na Constituição Federal, de que todos são iguais perante a lei, tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas deveriam ter o direito de efetuarem doações para as campanhas eleitorais.

5.2 PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO

O princípio Democrático traz em sua essência o direito de participação dos cidadãos aptos e quites com a justiça eleitoral de participarem das eleições, quer seja votando, ser votado e de contribuir de qualquer forma legal para a realização do pleito.

O ministro Luís Roberto Barroso ao relatar seu voto no julgamento da inconstitucionalidade da doação de pessoas jurídicas, afirma:

[...]considero que viola o princípio democrático na medida em que desigualdade as pessoas e desigualdade candidatos em função de um elemento discriminatório - que não me parece razoável -, que é o poder aquisitivo ou o poder de financiamento.

A Ordem dos Advogados do Brasil, sustentou no argumento central da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 4.650/15 que: “[...] seria inconstitucional permitir que o acesso ao capital se transforme em elemento determinante para o sucesso das campanhas políticas, entendendo que se violaria, assim, o princípio democrático[...]” (Barroso, 2015, p.4).

5.3 DIREITO COMPARADO

O financiamento de campanhas eleitorais é um dos temas mais polêmicos no debate da reforma política, não tendo sido diferente a ênfase nesta temática durante as discussões legislativas que culminaram na promulgação da Lei nº 13.165/15. (NETO, 2016, p. 266).

O Brasil adota o sistema misto de financiamento de campanha eleitoral, no qual são aplicáveis recursos públicos e privados para que os partidos e candidatos possam realizar campanhas eleitorais.

Conforme informações obtidas no *site* do Senado Federal, países como o Canadá adotam o sistema misto de financiamento de campanha. Os Estados Unidos à partir do ano 2000 adotou nova legislação que proibiu doações diretas das empresas e sindicatos a partidos, as contribuições de cidadãos tem limites a cada ciclo eleitoral, fiscalizadas através de uma comissão federal.

Já na Alemanha, gastos de campanha são reembolsados pelo governo, para limitar a influência de grandes financiadores, há subsídios público a contribuições e doações privadas.

Na França o financiamento é público, é proibido as contribuições de pessoas jurídicas e sindicatos aos partidos ou políticos.

5.4 AS INOVAÇÕES DA LEI Nº 13.165/2015 e a ADI nº 4.650/DF

Várias foram as minirreformas eleitorais no Brasil desde a redemocratização do País. A mais recente minirreforma eleitoral foi sancionada pela Lei nº 13.165/2015, que alterou dispositivos da lei das eleições, lei dos partidos políticos e o código eleitoral. (BRASIL, 2015).

A referida lei foi instituída após o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) propor a ADI nº 4.650/DF (Ação Direta de Inconstitucionalidade), contra dispositivos que permitiam doações de pessoas jurídicas na Lei nº 9.504/97 (Lei das eleições) e na Lei dos Partidos Políticos (9.096/1995), com a finalidade de declarar a inconstitucionalidade das doações de pessoas jurídicas à partidos políticos e a candidatos nas campanhas políticas, contra a efetiva repressão dos abusos.

O STF, por maioria dos votos, julgou procedente em partes o pedido formulado pela OAB, votaram pela procedência da ADI quanto à inconstitucionalidade da doação por pessoas jurídicas os ministros Luiz Fux (relator), Joaquim Barbosa (aposentado), Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski.

Já os ministros Teori Zavascki, Gilmar Mendes e Celso de Mello votaram pela improcedência da ação, considerando constitucionais as doações de pessoas jurídicas. O ministro Edson Fachin não votou por suceder o ministro Joaquim Barbosa.

A legislação anterior autorizava as pessoas jurídicas de direito privado a fazerem doações diretas para partidos políticos e campanhas políticas em até 2% (dois por cento) do faturamento bruto do ano que antecede a eleição, valor este que poderia chegar a valores exorbitante dependendo do faturamento da empresa, conforme dispunha a Lei nº 9.504/97.

Art. 81. As doações e contribuições de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais poderão ser feitas a partir do registro dos comitês financeiros dos partidos ou coligações.

§ 1º As doações e contribuições de que trata este artigo ficam limitadas a dois por cento do faturamento bruto do ano anterior à eleição”.

§ 2º A doação de quantia acima do limite fixado neste artigo sujeita a pessoa jurídica ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, a pessoa jurídica que ultrapassar o limite fixado no § 1º estará sujeita à proibição de participar de licitações públicas e de celebrar contratos com o Poder Público pelo período de cinco anos, por determinação da Justiça Eleitoral, em processo no qual seja assegurada ampla defesa. (BRASIL, 1997).

O artigo 20 da Lei 9.504/97, antes da alteração legislativa citada ponderava:

Art. 20 - O candidato a cargo eletivo fará, diretamente ou por intermédio de pessoa por ele designada, a administração financeira de sua campanha, usando recursos repassados pelo comitê, inclusive os relativos à cota do Fundo Partidário, recursos próprios ou doações de pessoas físicas ou jurídicas, na forma estabelecida nesta Lei (BRASIL, 1997).

Na atual norma jurídica o referido artigo passou a ter a seguinte redação:

Art. 20 - O candidato a cargo eletivo fará, diretamente ou por intermédio de pessoa por ele designada, a administração financeira de sua campanha usando recursos repassados pelo partido, inclusive os relativos à cota do Fundo Partidário, recursos próprios ou doações de pessoas físicas, na forma estabelecida nesta Lei. (BRASIL, 2015).

As referidas alterações tiveram como pano de fundo a ADI proposta pela OAB, que em um dos seus fundamentos ressaltava:

A infiltração do poder econômico nas eleições gera graves distorções, como a desigualdade política, na medida em que aumenta a influência dos mais ricos sobre o resultado dos pleitos eleitorais, e, conseqüentemente, sobre a atuação do próprio Estado. Também haveria prejuízos, na visão da entidade, quanto à possibilidade de sucesso eleitoral dos candidatos que não têm patrimônio para suportar os gastos de campanha nem acesso aos financiadores privados. (BRASIL - STF, 2011).

De acordo com Lula (2014, p. 618) afirma ainda na inicial da ADI que:

Essa dinâmica do processo eleitoral torna a política extremamente dependente do poder econômico, o que se afigura nefasto para o funcionamento da democracia. Daí porque um dos temas centrais deste desenho institucional das democracias contemporâneas é o financiamento das campanhas eleitorais. Além disso, dita infiltração cria perniciosas vinculações entre os doadores de campanhas e os políticos, que acabam sendo fonte de favorecimentos e de corrupção após a eleição.

Após, sobreveio o entendimento do Supremo Tribunal Federal consolidando a seguinte premissa:

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria e nos termos do voto do Ministro Relator, em julgar procedente em parte o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade dos dispositivos legais que autorizavam as contribuições de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais, vencidos, em menor extensão, os Ministros Teori Zavascki, Celso de Mello e Gilmar Mendes, que davam interpretação conforme, nos termos do voto ora reajustado do Ministro Teori Zavascki. O Tribunal rejeitou a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade por não ter alcançado o número de votos exigido pelo art. 27 da Lei 9.868/99, e, conseqüentemente, a decisão aplica-se às eleições de 2016 e seguintes, a partir da Sessão de Julgamento, independentemente da publicação do acórdão. Com relação às pessoas físicas, as contribuições ficam reguladas pela lei em vigor. (Brasília, 17 de setembro de 2015. LUIZ FUX – RELATOR).

Assim, evidenciou-se que antes do julgamento da ADI, as pessoas jurídicas doavam a partidos e candidatos aleatoriamente, não se vinculando apenas a determinado partido ou candidato. Nota-se como referência, o que afirma Bresciani (2019, p. 6):

Para não citar personagens envolvidos em escândalos recentes, o empresário Rubens Ometto, Presidente do Conselho de Administração da Cosan, uma das maiores empresas do Brasil, com investimentos no agronegócio, combustíveis e logísticas, até o dia 14 de setembro, já fez doações eleitorais que totalizam R\$ 5.780.000,00, faltando ainda 20 dias para as eleições. Na lista de agraciados há partidos políticos, candidatos a Deputado Federal, Deputado Estadual, Governador de Estado e do Distrito Federal, Senador da República, enfim, basicamente todos os cargos em disputa. Curioso notar, ainda, que não existe identidade ideológica, já que foram destinados pelo empresário recursos a candidatos do Partido dos Trabalhadores, do Partido Socialista Brasileiro, do Movimento Democrático Brasileiro, do Democratas, do Partido da Social Democracia Brasileira, entre outros.

As empresas doavam para partidos e candidatos de forma indiscriminada o que evidenciou que tais contribuições visavam obterem benefícios futuros.

Luis Roberto Barroso, trouxe uma ressalva ao relatar seu voto na ADI nº4.650:

A observação de que muitas empresas doavam para os dois lados, para os dois partidos. Que ideologia é essa em que você apoia um lado e apoia o outro? Você quase neutraliza o tipo de colaboração que está dando. Na verdade, faz-se isso ou por medo, ou por interesse.

O Ministro do STF Luiz Fux, o qual julgou procedente o pedido de inconstitucionalidade das doações de pessoas jurídicas afirma que “é possível se "repensar" as doações por pessoa jurídica privada, "desde que ela o faça a partir de sua própria ideologia".

Discussões sobre o tema não se encerraram, sendo possível que, no futuro, a continuação desse colóquio entre os poderes traga melhores resultados para esse tão necessário e aguardado aperfeiçoamento do processo eleitoral no Brasil, o que poderia, no cenário ideal, ser a ignição de uma real reforma política.

Foi por essa razão que nós [STF] vetamos o financiamento de campanha por empresa privada, porque elas não tinham ideologia nenhuma. Doavam para todas e, o que é pior, posteriormente exigiam contrapartida.

Com a proibição de doações de empresas privadas para as campanhas eleitorais houve o incremento das verbas públicas e o autofinanciamento por parte dos próprios candidatos.

Foi instituído o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), sancionado pela Lei nº 13.487/2017, destinado ao financiamento das campanhas eleitorais dos candidatos. O qual estabelece um piso para cada eleição a ser definido pelo TSE com base em parâmetros previstos nessa mesma norma. (AGÊNCIA SENADO, 2019, p. 2).

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Analisar quais os efeitos legislativos da decisão proferida pelo STF no julgamento da ADI 4.650/DF, na qual foi declarada a inconstitucionalidade de dispositivos legais, que autorizavam a doação de recursos financeiros por pessoas jurídicas a partidos políticos e a candidatos. Como consequência a criação de outras fontes de financiamentos de campanha eleitoral disponíveis.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Averiguar dentro da legislação vigente a forma lícita de doação financeira ao candidato.
- Identificar a possibilidade de doação financeira a partidos políticos.
- Analisar o uso de dinheiro público nas eleições de forma lícita a contribuir com o sistema eleitoral brasileiro.
- Argumentar se a proibição das contribuições financeiras de pessoas jurídicas fere o princípio da democracia e da violação ao princípio da igualdade.

7 METODOLOGIA PROPOSTA

Todo trabalho científico deve ser guiado por uma metodologia que “se refere diretamente às técnicas que o pesquisador deve utilizar para colocar o método ou os métodos em prática. Define-se como formar a execução do tema”. (FERNANDES, 2004, p. 163).

Segundo a ABNT (2003) apud Prodanov e Freitas (2013, p.159) “[...] pesquisa bibliográfica caracteriza-se por analisar e discutir informações já publicadas”.

Para a elaboração do presente estudo será usado o método de pesquisa bibliográfica, para elucidar as devidas alterações legislativas referente ao tema em destaque.

8 CRONOGRAMA

O cronograma abaixo norteará as etapas do estudo, contudo, ressalta-se que como todo cronograma, este é uma organização flexível podendo ser alterado caso haja necessidade.

Ações/etapas	Trimestre (mês/ano)			
	1º	2º	3º	4º
Definição do tema e coleta de fontes bibliográficas			08-09/2019	
Elaboração do projeto			09/2019	10/2019
Entrega do projeto final ao orientador e defesa				10-11/2019
Reformulação do projeto e entrega à coordenação				11/2019
Levantamento bibliográfico em função do tema/problema	02/2020			
Discussão teórica em função da determinação dos objetivos	02-03/2020			
Análise e discussão dos dados	04/2020	05/2020		
Elaboração das considerações finais		05/2020		
Revisão ortográfica e formatação do TCC		06/2020		
Entrega das vias para a correção da banca		06/2020		
Arguição e defesa da pesquisa		06/2020		
Correções finais e entrega à coordenação		06/2020		

9 ORÇAMENTO

Todo projeto de pesquisa deve conter o item orçamento de forma a demonstrar todas as possíveis despesas que o pesquisador terá ao longo da realização do estudo (KEILA, 2002; MARTINS JUNIOR, 2015).

Descrição do material	Un.	Qtde.	Valor (R\$)	
			Unitário	Total
Resma de papel A4(75g/m ²)/Impressão	Um	1	21,00	21,00
Encadernação em espiral	Um	6	3,50	21,00
Correção e formatação	Um	36	5,00	180,00
Caneta esferográfica	Um	2	1,00	2,00
Total				224,00
Fonte financiadora: recursos próprios.				

REFERÊNCIAS

BARROSO, L. R. *Ação direta de inconstitucionalidade 4.650/df voto. 2015*. Disponível em: <<http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2014/05/Voto-sobre-financiamento-de-campanha-ADI-46501.pdf>>. Acesso em: Nov. 2019.

BRASIL. *LEI Nº 13.165, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113165.htm>. Acesso em: Set. 2019.

_____. *LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm>. Acesso em: Out. 2019.

_____. *LEI Nº 9.906, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19096.htm>. Acesso em: Out. 2019.

BRASIL. SENADO FEDERAL. *As muitas faces do financiamento de campanha*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/reforma-politica/financiamento-e-sistema-eleitoral>>. Acesso em: Nov. 2019.

_____. *Experiências em outros países podem contribuir*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/reforma-politica/galeria-de-infograficos-da-edicao/info02>>. Acesso em: Nov. 2019.

_____. *Financiamento de campanha tem novas regras nas eleições deste ano*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2018/08/financiamento-de-campanha-tem-novas-regras-nas-eleicoes-deste-ano>>. Acesso em: Set. 2019.

_____. *Financiamento eleitoral por pessoas jurídicas*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/216/ril_v54_n216_p87.pdf>. Acesso em: 08 de Out. 2019.

_____. *Proposta de orçamento destina R\$ 2,54 bilhões para campanha eleitoral em 2020*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/03/proposta-de-orcamento-destina-r-2-54-bilhoes-para-campanha-eleitoral-em-2020>>. Acesso em: Nov. 2019.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *OAB pede inconstitucionalidade da doação de empresas a candidatos e partidos*. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/2827621/oab-pede-inconstitucionalidade-da-doacao-de-empresas-a-candidatos-e-partidos>>. Acesso em: Nov. 2019.

_____. *STF conclui julgamento sobre financiamento de campanhas eleitorais*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=300015>>. Acesso em: Out. 2019.

_____. *Doações de pessoas jurídicas estão proibidas nas Eleições 2016*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Agosto/doacoes-de-pessoas-juridicas-estao-proibidas-nas-eleicoes-2016>>. Acesso em: 15 de Out. 2019.

BRESCIANI, Felipe Cascaes Sabino. *Proibição das contribuições de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais*. 2019. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/74669/proibicao-das-contribuicoes-de-pessoas-juridicas-as-campanhas-eleitorais>>. Acesso em: Nov. 2019.

BRITO, Thomás. *Doações para campanhas eleitorais: o art. 23, §7º, da Lei 9504/97 e a sua inaplicabilidade às pessoas jurídicas*. Disponível em: <<https://thomasbrito.jusbrasil.com.br/artigos/146308319/doacoes-para-campanhas-eleitorais-o-art-23-7-da-lei-9504-97-e-a-sua-inaplicabilidade-as-pessoas-juridicas>>. Acesso em: Set. 2019.

CARTA CAPITAL. *Perguntas e respostas do financiamento de campanha eleitoral*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/perguntas-e-respostas-do-financiamento-de-campanha-eleitoral-1319/>>. Acesso em: Nov. 2019.

DISTRITO FEDERAL. *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.650*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI_4650__complementa_voto.pdf>. Acesso em: Out. 2019.

FERNANDES, José. *Técnicas de estudo e pesquisa*. 7ª ed. Goiânia: Kelps, 2004.

G1. *É possível repensar forma de financiamento, diz Fux sobre doações para campanhas eleitorais*. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/e-possivel-repensar-forma-de-financiamento-diz-fux-sobre-doacoes-para-campanhas-eleitorais.ghtm>>. Acesso em: Nov. 2019.

LULA, Carlos Eduardo de Oliveira. *Direito Eleitoral*. 4ª ed. Leme, SP: Imperium Editora, 2014.

NETO, Jaime Barreiros. *Direito Eleitoral*. 6ª ed. Salvador: Jus PODIVIM, 2016.

PRODAVON, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2ª ed. Nvo Hamburgo: Feevale 2013.

RAMOS, Priscila. *Por que pessoas jurídicas não podem realizar doações para campanhas eleitorais? (AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.650/DF)*. 2018. Disponível em: <<https://www.megajuridico.com/por-que-pessoas-juridicas-nao-podem-realizar-doacoes-para-campanhas-eleitorais-acao-direta-de-inconstitucionalidade-no-4-650-df/>>. Acesso em: Nov. 2019.

RODRIGUES, Ricardo José Pereira. *Financiamento de Partidos Políticos e Fundos Partidários: subvenções públicas em países selecionados*. Revista de Informação Legislativa, Brasília, a. 49, n. 193, jan./mar. 2012. (Fonte: Frediano José Momesso Teodoro, Criminalização do Financiamento Ilícito de Partidos Políticos, Juruá Editora, 2017, p. 139, ID:26323).

SCHLICKMANN, Denise Goulart. *Financiamento de campanhas eleitorais*. 9ª ed. Curitiba: Juruá, 2018. Disponível em: <<https://www.juruá.com.br/bv/conteudo.asp?id=26993&pag=2>>. Acesso em: Set. 2019.

TEODORO, Frediano José Momesso. *Criminalização do financiamento ilícitos e partidos políticos*. Curitiba: Juruá, 2017. Disponível em:
<<https://www.jurua.com.br/bv/conteudo.asp?id=26323&pag=167>>. Acesso em: Nov. 2019.